

# Sarney cinco anos e parlamentarismo

Os presidentes da República serão eleitos pelo voto direto, por maioria absoluta (caso não se alcance essa maioria, será realizado segundo turno), para um mandato de cinco anos, sem reeleição. José Sarney também tem direito a cinco anos de mandato, pois não serão convocadas eleições diretas em 1988. Mas o regime não será presidencialista, prevalecendo o "parlamentarismo híbrido": o Parlamento pode derrubar o Conselho de Ministros (à exceção dos ministros militares, o

das Relações Exteriores e o chefe do Gabinete Civil) por uma "moção de desconfiança" e, em compensação, o presidente tem o poder de dissolver a Câmara dos Deputados (o Senado Federal não pode ser dissolvido).

Estas são as principais consequências da mais importante votação realizada no Congresso Constituinte. O anteprojeto, a ser encaminhado amanhã pelo relator, José Fogaça, à Comissão da Organização dos Poderes, começou a ser votado ante-

tem, à tarde, e o processo só terminou ontem, às 7 horas da manhã. O texto é o resultado de uma conjunção do substitutivo de Fogaça com algumas emendas apresentadas pelo líder do grupo moderado do PMDB, Expedito Machado, possível graças a um acordo feito entre os parlamentaristas e esses moderados. Ao contrário do que se esperava, os números das votações não foram apertados: o grupo de esquerda, que se opôs às modificações, teve, em média, menos de um terço dos votos.



Na subcomissão, a turma de Miro passa sob o "rolo compressor" do grupo de Expedito

## A primeira vitória do Planalto

A conjugação do substitutivo do relator José Fogaça com algumas emendas, principalmente as apresentadas pelo líder do grupo moderado do PMDB, Expedito Machado, significou a primeira vitória política expressiva do presidente José Sarney dentro do Congresso Constituinte. O relatório final, aprovado apenas ontem, às 7 horas da manhã, a ser encaminhado amanhã ao presidente da Comissão de Organização do Estado, Oscar Corrêa, foi o resultado de um paciente trabalho de articulação, que uniu, de um lado, os moderados do PMDB, ligados ao Palácio do Planalto e liderados pelo cearense Expedito Machado e pelo baiano Genebaldo Corrêa, e, de outro, os parlamentaristas, que seguem Humberto Souto, do PFL, e Bonifácio de Andrada, do PDS.

A derrota dos grupos de esquerda, comandados por Miro Teixeira e Oswaldo Macedo, do PMDB, Gumerindo Milhomem, do PT, e Vivaldo Barbosa, do PDT, foi maior do que se esperava. Miro Teixeira conseguiu obstruir o máximo que pôde os trabalhos da Subcomissão, impedindo que a votação terminasse antes das 7 horas, com pedidos de destaque para 421 emendas. Mas não impediu a vitória do grupo de Expedito Machado na questão que parecia mais importante aos moderados e ao Palácio do Planalto: a retirada dos ministros militares, das Relações Exteriores e do Gabinete Civil da possibilidade de sofrerem "moções de desconfiança" do Parlamento. Na maioria das votações, o grupo de esquerda não conseguiu nem um terço dos 25 votos da Subcomissão e em algumas delas chegou-se quase a um consenso: a emenda de Bonifácio de Andrada instituindo a "moção de confiança", para dar força ao Conselho de Ministros, foi aprovada por 22 a 3.

A questão menos consensual foi a dos cinco anos do mandato presidencial. Tanto que foi votada duas vezes. Na primeira vez foi votada a tese já presente no relatório de Fogaça, segundo a qual os presidentes da República terão, como norma, cinco anos de mandato, seguido de eleições diretas, mas sem direito à reeleição. Na segunda vez, foi votada uma "disposição transitória", que convocava eleições diretas para o sucessor do presidente José Sarney, reduzindo seu mandato para quatro anos. Nas duas votações, o grupo liderado por Miro Teixeira não conseguiu ultrapassar a barreira dos dez votos (o resultado foi 17 a 7, na segunda).

"Isso é uma vergonha. O Parlamento está se curvando às exigências do presidente da República", reclamou o

deputado carioca, um dos mais recentes admitidos à turma do póise, ligado a Ulysses Guimarães.

"Somos um verdadeiro rolo compressor", comemorava Expedito Machado, coordenador da bancada cearense do PMDB, no meio das sucessivas vitórias de 19 a 5 ou de 16 a 8.

Expedito Machado, aliás, foi o centro da mais explosiva discussão da longa reunião. Uma emenda sua afastava os ministros de Exército, Marinha, Aeronáutica, Relações Exteriores e o chefe do Gabinete Civil da possibilidade de serem destituídos por "moção de desconfiança" do Parlamento.

"O Parlamento se desmoronou, ao criar ministros de primeira, segunda e terceira classes", reclamaram Oswaldo Macedo e Gumerindo Milhomem.

Não adiantou muito. A emenda de Expedito, considerada fundamental pelo Planalto, passou numa negociação, na qual os chefes do Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA, do Serviço Nacional de Informações — SNI — e do Gabinete Militar, além do procurador e do consultor Geraís da República, perderam o status de ministro.

A negociação foi a tônica da reunião, que começou sexta, à tarde, foi interrompida no fim da tarde, reiniciada à meia-noite e só encerrada ontem, de manhã. Dos 12 deputados do PMDB, parte ficou com Expedito Machado e Genebaldo Corrêa, parte seguiu Miro Teixeira e Jesualdo Cavalcanti. Vivaldo Barbosa, ex-secretário do governo Brizola no Rio, levou a representação do PDT na subcomissão ao combate pelas teses da esquerda, mas votou a favor de uma emenda (derrotada), que previa um plebiscito para uma possível restauração monárquica no Brasil.

Os soldados mais articulados dos outros partidos com o grupo moderado da bancada do PMDB foram os peléistas Humberto Souto, Enoque Vieira, Léuer Lomanto, Erico Pegorari e Hugo Napoleão. Também foram efetivos nas votações a favor das teses do centro os deputados Bonifácio de Andrada e César Cais Neto. Além de Gumerindo Milhomem, do PT, Eduardo Bonfim, do PC do B, teve participação ativa entre os derrotados.

"Quando a votação foi iniciada, já estava tudo acertado. Desta vez, a coisa funcionou", reconheceu ontem, de manhã, Expedito Machado, que contou, muitas vezes, com o apoio do peemedebista Agassiz de Almeida, na subcomissão, presidida por um primo do presidente da República, o deputado Albrício Filho, do Maranhão. Enquanto Jutahy Júnior votou com a esquerda, Henrique Alves, Aloísio Teixeira, Jorge Leite e Dalton Canabrava formaram com o centro.

"Posso garantir que esse relatório deverá ser mantido na Comissão temática, pois buscaremos esse mesmo tipo de atuação. Tenho a sensação de que essa linha de centro, adotada pela subcomissão, é a da maioria da Constituinte. Por isso acho que essas questões deverão ser mantidas até no plenário, no texto final da Constituição", comentou o outro líder do movimento, o baiano Genebaldo Corrêa.

Uma dessas questões é a que transfere às Assembleias Legislativas o poder para transferir para as Constituições estaduais os dispositivos que instalam o regime de governo parlamentarista no Brasil. A experiência de um Estado Federativo com regime parlamentarista é original.

"Acho que chegamos a um sistema semelhante ao português, comentou ontem, de manhã, o deputado Bonifácio de Andrada, que, ao lado dos senadores Nelson Carneiro e Marcondes Gadelha, forma na linha de frente dos parlamentaristas na Constituinte. "A ideia da modernização do sistema político brasileiro com a introdução de técnicas parlamentaristas é uma aspiração irreversível", acredita o mineiro, do PDS.

Ante a constatação de que os líderes dos principais partidos são presidencialistas, mas a subcomissão adotou o parlamentarismo, o deputado Humberto Souto comentou que "esta é a única forma de trazer o Brasil real para dentro da Constituinte". Na sua opinião, o presidencialismo está desgastado e é o principal responsável pelo confronto permanente entre as forças populares organizadas da sociedade civil e as elites que controlam o sistema político nacional. Uma forma de resolver esse confronto é adotar o parlamentarismo como regime de governo, na sua opinião.

Na adoção do parlamentarismo, incluem-se medidas políticas como a extinção da vice-presidência da República, "o que pode até tranquilizar o dr. Ulysses Guimarães, com sua febre presidencial", segundo Genebaldo Corrêa. Pois, com a providência, o presidente do PMDB, como presidente da Câmara dos Deputados, continua a ser o sucessor eventual de Sarney.

Nesse "parlamentarismo à brasileira", o Senado não pode ser dissolvido e tem o poder de suspender, provisoriamente, as "moções de desconfiança" da Câmara, o que dá um tempo ao Primeiro-Ministro para se compor com o Parlamento e evitar a crise da queda do gabinete. No caso específico, a Câmara tem cinco dias para se manifestar de novo. É também original o dispositivo da eleição direta presidencial, com obrigatoriedade de maioria absoluta, o que pode forçar a um segundo turno.

## Aborto será assunto de lei comum

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais rejeitou ontem por 17 votos a uma emenda que dava permissão ao aborto até 90 dias após a concepção, mas aprovou a redação dada pelo relator Darcy Pozza (PDS-RJ), prevendo que a legislação ordinária deverá estabelecer os casos em que o aborto será admitido.

A maior parte do parecer agradeceu aos constituintes, depois que o relator aceitou cerca de 80 das 374 emendas propostas ao seu anteprojeto. "O substitutivo está muito sensato" — afirmou o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), tido como um dos líderes dos setores conservadores da Constituinte. Mas também o líder do PCB, Roberto Freire (PE), achou que "houve algum progresso".

O substitutivo continuava a ser votado noite adentro, mas já definia como inafiançáveis e não-anistiáveis nem suscetíveis a redução de pena os crimes de tortura e de produção ou tráfico de drogas, além de estabelecer o habeas data, pelo qual toda pessoa tem direito a conhecer as informações que entidades públicas ou particulares tenham sobre ela, podendo ainda retificá-las. O novo parecer determina ainda que a propriedade deve ter função social. Assim como o aborto, o substitutivo não definirá o direito à greve, o que será feito por legislação ordinária.

## Embrião do novo partido

A articulação da expressiva vitória das teses moderadas na Subcomissão do Poder Executivo, uma semana depois da retirada na reunião da bancada, que impediu a decisão pela fixação do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, é o segundo passo para que o grupo moderado do PMDB assumira sua condição de dissidência e possa vir a formar com o PFL um novo partido político.

O principal líder do grupo, deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do Ceará, não aceita falar no assunto e se defende usando a palavra "unidade". Mas outro membro importante da articulação da votação do "parlamento híbrido" na Subcomissão do Poder Executivo, o mineiro Humberto Souto, do PFL, admitiu ontem que já conversou com vários membros do grupo moderado do PMDB a respeito

da possibilidade de formação de um partido de centro, liberal.

"Isso evidentemente depende muito mais desse grupo de moderados do que do PFL. E preciso ter muita coragem política para abandonar uma legenda forte e poderosa como a do PMDB e partir para a aventura de um novo partido. Do outro lado da questão, o PFL, a coisa me parece bem mais fácil, porque o partido está bastante fragilizado e sua liderança na Câmara está muito distante da realidade nacional. O PFL infelizmente ainda não se consolidou", comentou Humberto Souto.

Alguns deputados, que participaram ativamente do processo de votação na Subcomissão, chegaram a confessar ontem, na euforia da vitória, que novos passos serão dados na direção da dissidência e da criação de um

novo partido. Um deles comentou: "por enquanto, somos um embrião". O caráter embrionário da nova agremiação política foi reconhecido, no calor da discussão, por um experiente parlamentar, o mineiro Bonifácio de Andrada, do PDS.

Esse caráter, segundo um constituinte, se manifesta, sobretudo, na articulação independente de deputados que votaram contra as orientações dos principais líderes de seus partidos. Expedito Machado e Genebaldo Corrêa lideraram deputados do PMDB contras as ideias presidencialistas de Ulysses Guimarães, e do líder na Constituinte, Mário Covas, da mesma maneira que Humberto Souto votou contra as ideias presidencialistas de Aureliano Chaves e Marco Maciel e Bonifácio de Andrada não seguiu Jarbas Passarinho. (José Neumanne Pinto)

## Nas subcomissões, a luta contra o tempo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O prazo fatal para apresentação dos pareceres das subcomissões previsto para, no máximo, até amanhã, obrigou os constituintes a esquecer a folga do fim de semana e se dedicar a um intenso trabalho no sábado, que continuará hoje, embora apenas três subcomissões tenham trabalhado pela manhã — as demais funcionaram a partir do final da tarde.

Algumas subcomissões, como a dos municípios e regiões, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, conseguiram terminar seus trabalhos ainda na sexta-feira, embora a subcomissão do Poder Executivo, pelo conteúdo polêmico do parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), somente tenha concluído os seus trabalhos já as 7 horas da manhã de ontem.

As três subcomissões que efetivamente se reuniram pela manhã para votação dos pareceres dos relatores foram as subcomissões dos Direitos Individuais, dos Direitos Coletivos e Garantias e de Saúde, Segurança Social e Meio Ambiente. Essas subcomissões tiveram um encaminhamento tranqüilo na apreciação de pedidos de votação de destaque.

Na subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais o parecer do deputado Darcy Pozza (PDS-RS) foi elogiado, e apenas o deputado José Genofio (PT-SP) fez algumas críticas como, por exemplo, ao fato de o relator não ter avançado no tema relacionado ao aborto, colocando a questão para uma decisão posterior na Lei Ordinária.

Na Subcomissão de Saúde, Seguridade Social e Meio Ambiente, parecer do relator, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), foi votado em parte (apenas a questão da saúde), com uma emenda apresentada pelo deputado Eduardo Jorge (PMDB-SP) que determina que compete apenas aos pais determinar livremente o número de filhos, sendo proibidas quaisquer medidas coercitivas da parte do Poder Público ou de organismos privados. Na mesma subcomissão permaneceu a proibição taxativa da prática de eutanásia.

A Subcomissão do Poder Judiciário que juntamente com a Subcomissão do Poder Executivo é considerada, na área institucional, uma das mais polêmicas, não conseguiu se reunir pela manhã, dado o grande número de pedidos de votação em destaque — emendas com votação em separado, sem prejuízo do parecer do relator como um todo —, ficando também para o fim da tarde a sua reunião, com possibilidade de passar para hoje e até mesmo para amanhã (fim do prazo) a apreciação final do parecer do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Em termos de disposição de trabalho, quem bateu o recorde foi a Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica: o seu presidente, deputado Delfim Netto (PDS-SP), marcou o início da discussão do parecer do deputado Vigilância de Sena (PMDB-BA) para as 20 horas de ontem, com previsão de votação do parecer hoje, a partir das 9h30.

**EXAME de ORDEM?**  
Curso SÍNTESE  
(011) 229-3000

CONCURSO  
**DELEGADO DE POLÍCIA**  
Curso SÍNTESE  
(011) 229-3000

**APRENDA VIDEO**  
Em uma escola completa, com 12 cursos de criação, produção, iluminação, câmera, roteiro e edição.  
THE ACADEMIA BRASILEIRA DE VIDEO  
Praça Benedito Calisto, 133 - Pinheiros  
Tel. (011) 883-0633  
FAÇA VIDEO COM QUEM ENTENDE DE VIDEO.

**FORNOS - ESTUFAS**  
Linha Fronta Entrega  
Fornos para: Ferramentaria - Temperatura Tratamento em geral. Comando automático até 1200°C.  
Estufas para Pintura líquida e pó Plásticos - Motores - Produtos Químicos Borracha, etc...  
Queimadores para Combustíveis líquido e gasoso - Geradores de ar quente. Aquecimento de banhos, etc.  
POLITHERM IND. & COMÉRCIO  
Av. Diógenes Ribeiro de Lima, 2.594 - Lapa  
Tels.: 260-7537 e 261-9729

**AMERICANBOX**  
UM BANHO DE REQUINTE  
Garantimos o menor preço da praça.  
Tels.: 276-2911, 883-6919 e 64-9585.

Se você anda procurando imóvel para vender, comprar ou alugar, consulte os classificados de O ESTADO DE S. PAULO a maior lista de imóveis que você pode encontrar.

**Como Organizar e Dirigir Sua Empresa®**  
A certeza de estar ou não no caminho certo  
Em 9 aulas: 1 aula de 3,5 horas/semana das 19:15 às 22:45 h  
REALIZAÇÃO: **DEME**  
Associação dos Empresários da Pequena e Média Empresa do Brasil  
Rua Domingos de Moraes, 1457 - cj. 4 - Estação Metrô Vila Mariana

**SIESP**  
SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
ESCLARECIMENTOS, RECOMENDAÇÕES E APELOS AOS MANTENEDORES E À COMUNIDADE ESCOLAR DE 1º E 2º GRAUS SEMESTRALIDADES  
Desde o início dos episódios, marchas e contramarchas, que envolvem o problema do valor da 1ª semestralidade de 1987, este Sindicato manteve uma linha pública e particularmente definida: "a Escola tem, POR FORÇA LEGAL, o direito de fixar a semestralidade dentro de seus custos a serem examinados pelo Conselho Estadual de Educação "a posteriori".  
Com a deliberação 07/87, do C.E.E., foi reconhecido este princípio, já consagrado no Decreto Lei 532/69 (art. 5º) e seu regulamento Decreto 93.911/87 (art. 5º), na parte em que estes diplomas não conflitam.  
Aguardou o SIEESP que decorresse um prazo da vigência para dirigir-se às Escolas e à Comunidade.  
Verifica-se de maneira clara e precisa, que por maior que tenha sido o aumento dos custos (professores - 100% inflação de janeiro de 1986 até junho de 1987 (340% previstos) na quase totalidade das Escolas, deste Estado, no uso do "preço acompanhado", - os reajustes não atingiram valores que a variação de custos lhes autorizaram.  
Recomendamos sempre moderação das Escolas, na fixação da semestralidade, mas não comprometam a qualidade em nome dela. Dialoguem com os pais, buscando adaptar-se à realidade da comunidade, até o limite que não destrua a sobrevivência da Escola.  
Apelamos à comunidade, que medite e não transfira a perplexidade do desequilíbrio financeiro generalizado contra a manutenção da qualidade do ensino ministrada a seus filhos.  
Se abusos forem praticados, a Legislação coloca o Conselho Estadual de Educação em condições de cobri-los.  
A escola não é responsável pela explosão inflacionária.  
As autoridades educacionais apelamos para que não instiguem o litígio diante de um ato que é juridicamente perfeito e acabado - preços acompanhados, como todos os outros setores da economia. Não se pode discriminar o setor mais relevante para a família, comprometendo sua eficiência. Que as autoridades públicas assumam sua parcela de responsabilidade em relação à causa e não procurem culpar o efeito.  
Criem a alternativa real àquelas impossibilitadas de pagarem o ônus do processo inflacionário, melhorando a qualidade do ensino da escola pública (estatal), que se diz gratuita e é cinco vezes e meia mais cara à sociedade do que a mais cara escola particular.  
A legalidade e a justiça do princípio de preços acompanhados não podem ser comprometidos pela irresponsabilidade da instigação. Os abusos eventuais, se houverem, podem ser cobidos, sem que, para isto, se coloquem pais, alunos, escolas em trincheiras opostas.  
O aumento da semestralidade tem como causa a inflação e não os preços acompanhados.  
O princípio dos preços acompanhados é apenas um processo prático de defesa contra a causa - inflação - para resguardar a continuidade da qualidade do ensino, valorização do professor, sobrevivência da escola e manutenção do pluralismo de escola.  
JOSÉ AURELIO DE CAMARGO  
Presidente  
\* CONHEÇA A REALIDADE DA ESCOLA PARTICULAR POR DENTRO - PARTICIPE DA IV JORNADA LATINO AMERICANA DE EDUCAÇÃO DE 6 A 9 DE JULHO NO PALACIO DAS CONVENÇÕES DO ANHEMBI - INFORMAÇÕES - SIEESP - FONE 262-9388 - INSCRIÇÕES - SIEESP - AV. DR. ARNALDO, Nº 2117 - SÃO PAULO - CAPITAL.

**AMOR À VIDA**  
CONHEÇA NOSSOS PLANOS:  
PLANO INDIVIDUAL FAMILIAR  
Av. Brasil, 726 - Jardim América  
Tel.: 887.4684 - 887.8596  
PLANO EMPRESA  
Rua Tutóia, 207 - Paraisópolis  
Tel.: 885.9943 - 885.5477  
Mais de um quarto de século de experiência em atendimento Médico - Hospitalar.  
Garanta segurança e tranquilidade para sua empresa, você e sua família.  
**amesp** assistência médica